

Nigéria faz acordo

por Tom Camargo
de Paris
(Continuação da 1ª página)

pelos Estados Unidos a favor de seu vizinho mexicano, o governo do presidente nigeriano Ibrahim Babangida saiu-se bem de suas discussões com todos os seus credores.

Se os juros que concertou com os bancos particulares ficaram na proximidade de 1,5% acima da Libor, a taxa interbancária de Londres (os mexicanos tiveram 0,87%, vinte anos de prazo, carência de cinco a sete anos e créditos adicionais assegurados na eventualidade de uma queda ainda maior dos preços do óleo), os prazos e aportes de dinheiro novo também não foram tão generosos quanto os mexicanos, pelo menos acertos em diversos níveis permitiram a criação de um confortável espaço de manobra.

Poder-se-ia dizer, não fosse tão controversa a questão da aplicação prática do chamado Plano Baker, que a Nigéria teve tudo que o secretário do Tesouro americano sugeriu em Seul como um novo metrônom para a dívida internacional. O Banco Mundial, por exemplo, anunciou ainda em outubro último que US\$ 450 milhões estavam sendo liberados para projetos específicos nas áreas de saúde e habitação, acenando ao mesmo tempo com mais cerca de US\$ 4 bilhões de desembolsos até o começo da década de 90.

O patrono de Lagos nos

fóruns internacionais — o mesmo governo Thatcher que até o último momento dificultou a vida do Brasil, seja em matéria de créditos comerciais, seja junto aos bancos comerciais ou ainda na órbita do Clube de Paris — organizou um empréstimo-ponte de US\$ 250 milhões, quando o Tesouro nigeriano raspou sua última reserva, ao mesmo tempo que animou uma promessa de linhas "stand-by" de outros US\$ 320 milhões se o país for afetado por fatores externos sobre os quais não tem controle.

"As visitas recentes do ministro Dilson Funaro à Europa foram muito úteis", disse a este jornal uma fonte do Paribas, o grande conglomerado bancário e financeiro francês. "É perceptível a mudança de atitude, principalmente por parte dos alemães, que são os que agora têm menos a perder." De fato, a consistente e generosa recomposição dos recursos destinados à cobertura de dívidas duvidosas inscritas nos balanços dos bancos comerciais alemães, aliada à sua sólida base de capital próprio (ampliada de forma sustentada desde 1983), fez o sistema bancário local ficar politicamente flexível para jogar as próximas rodadas do jogo da dívida. Parte do apoio alemão foi tecida pelo ministro da Fazenda em dois encontros com o ministro das Finanças da Alemanha mantidos nos últimos três meses em Bonn.

Na Inglaterra, contudo, a

18 DEZ 1986
GAZETA MERCANTIL

visita de Funaro ao chanceirista do Erário foi marcada por uma recepção correta mas fria e ouvidos moucos às justificativas de por que o Brasil mereceria um tratamento diferenciado.

Hoje, depois que, se este for o caso, o Clube de Paris e os negociadores brasileiros anunciam o resultado de dois intensos dias de trabalho, será possível ter uma referência mais clara sobre a via que Brasília terá de trilhar para chegar a um acordo com seus credores privados.

Como disse William Rhodes a banqueiros em Londres, "o jogo vai ser duro mas estou otimista". Se o Clube de Paris confirmar, aprovando o pacote brasileiro, que já não faz de uma supervisão direta do FMI condição "sine qua" para fazer o que lhe cabe, a Nigéria poderá orgulhar-se de ter aberto um importante precedente.

E preciso lembrar, todavia, que o governo Babangida optou por não ficar sob a asa do Fundo (um crédito "stand-by" continua "stand-by", isto é, não foi tocado) mas aceitou sua cooperação técnica (mais a do Banco Mundial) montando um programa de estabilização bastante conservador. Comprimiu seu déficit do orçamento público, definindo um teto de 4% do Produto Nacional Bruto (sem direito a divergências teóricas quanto a métodos de apropriação), cortes significativos na massa de empregos oficiais e uma política cambial realista.

Nigéria faz acordo

por Tom Camargo
de Paris

A Secretaria do Clube de Paris anunciou na manhã de ontem que dezenove países credores do governo da Nigéria — o Brasil entre eles — chegaram a um acordo para reescalonar um total de cerca de US\$ 7,5 bilhões em créditos comerciais e outras linhas oficiais devidos por Lagos.

O reescalonamento nigeriano torna mais provável um acordo do Brasil com seus credores do Clube, que desde ontem discutem o caso brasileiro, devendo apresentar algum tipo de resposta até a metade da tarde de hoje.

Ontem, reunidos no Hotel Majestic, na avenida Kleber, sob a direção do responsável pelo setor internacional do Tesouro francês, economista Samuel Lajeunesse, os credores começaram a compulsar o material técnico fornecido pelos dois representantes de Brasília enviados a Paris.

O acordo com a Nigéria, que também evitou um

acordo formal com o Fundo por razões políticas — mas que adotou uma atitude cirúrgica em relação aos seus problemas econômicos internos, obtendo um aval nos moldes do já concedido ao Brasil —, foi classificado de "animador" por um representante do governo britânico.

Ao contrário do que acontece com relação às pretensões brasileiras, que envolvem pouco mais de US\$ 2 bilhões, os britânicos estiveram sempre apoiando a Nigéria, que é uma ex-colônia, um importante parceiro comercial e um dos maiores devedores dos bancos ingleses.

Para esse funcionário do Tesouro britânico o aval concedido ao país africano obedeceu "às normas estabelecidas". Ele se recusou a comentar o processo brasileiro, mas deu a entender que sua delegação não pretendia ficar sozinha na oposição. "Até os alemães estão vendo o caso com liberalidade", observou.

Os anais do Clube de Paris mostram que o reescalonamento nigeriano é o se-

gundo maior de sua história, depois do assinado com a Polônia no final de 1985. Nos dois casos havia credores do Terceiro Mundo sentados à mesa, quase todos se preparando, como acontece agora com o Brasil, para logo em seguida passar para a posição de devedores com seu próprio pleito de reestruturação.

A Nigéria acertou com o Clube que suas dívidas de médio e longo prazo com vencimento entre 30 de setembro de 1986 e final de 1987 serão reescalonadas por um prazo de dez anos, com cinco de carência. Atrasos comerciais de curto prazo, isto é, que não passam de dezoito meses e que se acumularam até o final de 1983, terão oito anos de prazo para cobertura de principal e juros. Os débitos de curto prazo contratados após dezembro de 1984 terão de ser honrados em quatro anos.

O Clube não divulgou pontos importantes, como percentuais de juros e alocação da dívida por credores, argumentando que apenas a reforma global da dívida foi negociada a nível bilateral e cada parceiro da Nigéria elaborou suas condições em função das bases dos contratos originais.

Bater o martelo com a Nigéria significa virtualmente encerrar a rodada de negociações desse país com governos, bancos comerciais e organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional. Nos próximos dezoito meses, pelo menos, Lagos estará, em tese, fora do mercado da dívida.

Apesar de seu pacote de reescalonamento e dinheiro novo com os bancos privados ainda não estar formalmente concluído — William Rhodes, do Citibank, disse na semana passada,

DÍVIDA EXTERNA

8 DEZ 1986

em Londres, que falta pouco para obter a chamada "massa crítica" de 90% de telex de adesão (o grande pacote do México já teve perto de 95% de respostas) —, a Nigéria pode anunciar que deixou o pior para trás. Ainda que não tenha conseguido dos bancos, na capital inglesa, obter as condições favoráveis obtidas

(Continua na página 2)

No relatório que o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, enviou ao Clube de Paris, ele elogia a disposição do País em adotar medidas duras de ajuste, apurou o correspondente Paulo Sotero em Washington. Diz também que, embora o Brasil deseje manter sua relação com o Fundo nos limites de uma consulta anual, nos moldes do artigo 4º, estará aberto a novos contatos, sempre que necessário. Fontes bem informadas explicam que o que o Brasil quer obter no Clube de Paris é o reescalonamento da dívida vencida de 1985-88 e um acordo provisório para pelo menos parte de 1987. Não está definido, ainda, como se resolverá a questão dos juros em atraso.